

# COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 1.697, DE 2020

Disciplina a recolocação de produtos eletrônicos no mercado de consumo.

**Autora:** Deputada EDNA HENRIQUE

**Relator:** Deputado DANIEL AGROBOM

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.697, de 2020, foi oferecido pela ilustre Deputada EDNA HENRIQUE com o objetivo de estabelecer normas para a recolocação no mercado de consumo de produtos eletrônicos.

Em seu art. 2º, a proposta classifica tais mercadorias nas categorias de: produto reembalado, assim entendido como aquele que esteja sem uso, mas tenha sua embalagem original danificada; produto remanufaturado, aquele que seja novamente submetido a processo industrial, recuperando vida útil equivalente à do produto original; e produto recondicionado, reparado pelo fabricante ou por terceiro por ele autorizado.

No art. 3º determina-se que tal classificação deva constar da embalagem externa da mercadoria.

Para efeito da comercialização dos produtos de que trata o projeto, os artigos 4º a 7º equiparam o direito de reclamar, a garantia, a responsabilidade por fato ou vício do produto e as penalidades aplicáveis às disposições já previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que trata da defesa do consumidor.

A proposta vem a esta Comissão para exame do seu mérito, consoante o disposto do art. 32, inciso III, do Regimento Interno.



Posteriormente, a matéria será examinada pela Comissão de Defesa do Consumidor, no mérito, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto à constitucionalidade, juridicidade e redação.

A proposta encontra-se sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O mercado secundário envolve preponderantemente transações realizadas entre pessoas físicas, com ou sem intermediação. No entanto, no setor eletroeletrônico, a recolocação de equipamentos de áudio, vídeo e informática por empresas revendedoras é recorrente. Afigura-se, pois, oportuna, a adoção de práticas que informem adequadamente o consumidor acerca da origem e do estado da mercadoria adquirida.

Somos, pois, sensíveis aos argumentos da nobre autora, Deputada EDNA HENRIQUE, que ressalta a necessidade de “preservação dos direitos essenciais dos consumidores, em especial o acesso à informação ampla e adequada sobre o processo de recolocação e a proteção efetiva de seus interesses econômicos”.

Deve ser observado, nesse sentido, que nossa cultura incorpora o pressuposto da postura precaucional do adquirente e sua responsabilidade pela avaliação do bem adquirido, fragilizando sua posição perante o vendedor. Há, ademais, uma precificação do risco inerente ao negócio de usados que dispensa o disciplinamento da transação.

O texto oferecido, porém, ao ser norma autônoma, faz seguidas referências ao Código de Defesa do Consumidor. A inserção das disposições no próprio Código propiciará melhor interpretação das disposições.



Ademais, é oportuno que o tratamento se estenda a qualquer produto durável, sem restrição quanto à sua tecnologia e modo de operação.

Tais considerações levam-nos a propor a incorporação dos conceitos oferecidos pela autora à própria Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Ademais, parece-nos relevante introduzir a categoria de produto usado, para estabelecer uma nomenclatura que seja inequívoca para o consumidor. Optamos, ainda, por ressaltar a equivalência da garantia de produtos reembalados e remanufaturados com a do produto novo idêntico, deixando ao mercado a decisão quanto ao prazo de garantia de mercadorias reconcondicionadas ou usadas. Oferecemos, pois, substitutivo que, a nosso ver, aperfeiçoa as disposições sugeridas na proposição.

Nosso VOTO, portanto, é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.697, de 2020, na forma do SUBSTITUTIVO que ora oferecemos ao escrutínio dos ilustres membros desta Comissão.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado DANIEL AGROBOM  
Relator

2023-8717



# COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.697, DE 2020

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a recolocação de bens duráveis no mercado de consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei insere dispositivos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a recolocação de bens duráveis no mercado de consumo.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida das seguintes disposições:

*“Art. 11-A. Os produtos duráveis recolocados no mercado de consumo devem assumir as seguintes identificações e passam a ser considerados com as seguintes classificações:*

*I – reembalado: o produto sem uso prévio devolvido pelo consumidor ou que teve a embalagem original danificada durante o processo de distribuição e cuja função e vida útil sejam equivalentes às de um produto novo;*

*II – remanufaturado: o produto submetido novamente a processo industrial, cuja função e vida útil sejam equivalentes às de um produto novo;*

*III – recondicionado: o produto reparado pelo próprio fabricante, ou por terceiro por ele autorizado, com a utilização de componentes, partes e peças novos ou não;*

*IV – usado: o produto com uso prévio recolocado no mercado.*

*§ 1º Todo produto recolocado no mercado de consumo deve, obrigatoriamente, conter em sua embalagem externa, em posição de destaque e de fácil visualização, sua classificação, conforme definida no caput.*

*§ 2º O produto será acompanhado de certificado ou termo de compromisso, com descrição da sua condição e do procedimento a que tenha sido submetido.*



.....  
“Art. 24-A. Aos produtos duráveis recolocados no mercado de consumo com a classificação de reembalado ou remanufaturado será assegurada garantia equivalente à do produto novo idêntico.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado DANIEL AGROBOM  
Relator

2023-8717

